

**Aumentos de preço injustos e ilegais nos transportes públicos:
DORL do PCP exige reposição da legalidade
e anuncia novas acções em defesa do serviço público!**

O Aumento de preços imposto pelo Governo é injusto, errado e ilegal.

É **injusto** porque penaliza o orçamento das famílias, aumentando os custos de acesso a um serviço essencial a todos aqueles que cumprem os seus deveres de cidadania, produzem riqueza para o país e pagam os seus impostos directos e indirectos. É injusto porque os utentes pagam cada vez mais por cada vez menos e pior serviço.

É **errado** porque em vez de reverter o brutal aumento de preços imposto desde 2011, o Governo opta por manter uma política de preços que afasta cada vez mais utentes do serviço público de transportes, com prejuízos para a economia, para a qualidade de vida, para a saúde, para o meio ambiente. É errado porque significa manter o caminho de destruição do serviço público, continuando a aposta na mercantilização, apesar das afirmações públicas em contrário do Governo, que depois os seus próprios actos desmentem.

É **ilegal** porque o Governo não cumpriu os prazos a que está obrigado para uma informação atempada aos utentes e principalmente, como denunciou ontem o próprio conselho metropolitano da Área Metropolitana de Lisboa, porque não articulou esses aumentos com quem estava obrigado a articular (a AML e os Municípios) nem permitiu que estes corrigissem as ilegalidades cometidas pelos operadores privados, que em centenas de títulos fizeram ultrapassar o tecto de aumento colocado pelo próprio governo.

Num momento em que a demagogia sobre os transportes públicos cresce com o aproximar das eleições autárquicas, e autarcas do PS e do PSD todos os dias prometem e anunciam reduções de preços e futuros investimentos, **a realidade dos utentes é que com este novo aumento, estão a pagar muito mais por menos e pior serviço.** Entre Janeiro de 2011 e Janeiro de 2017, o Navegante Urbano aumentou 6,75€ (23%), o Navegante Urbano 3ª Idade aumentou 13,30 € (96%!), o L1 aumentou 9,95 € (25%), o L1-3ª Idade aumentou 17,50 € (87%), o L123 aumentou 13,70 € (25%) e o L123-3ª Idade aumentou 25,90 € (102%!!!!). E em Cascais, apesar da mirabolante conferência de imprensa de propaganda autárquica do PSD desta semana, a anunciar inexistentes reduções nos passes, com este novo aumento, desde 2011 o CP/Metro Cascais já aumentou 17,70 € (mais 33%!) e o Passe CP/Scotturb 1A já aumentou 10,05€ (mais 25%).

Aliás, nos transportes públicos como em tantas outras questões, alarga-se a distância entre a realidade vivida pelo povo e a caricatura que lhe é transmitida por uma Comunicação Social dominada pelos grupos monopolistas e transformada em seu instrumento de dominação. O que, nos transportes públicos como nas restantes matérias, não pode gerar desalentos nem atentismos mas sim exigir e motivar uma maior intervenção política de cada um.

A DORL do PCP, decidiu:

1. **Saudar a luta dos utentes e dos trabalhadores em defesa do serviço público de transportes.** Exigem-se respostas urgentes para repor a qualidade, quantidade e fiabilidade da oferta de transportes. Essas respostas estão identificadas, implicam mais trabalhadores e

mais investimento, e têm sido sucessivamente adiadas pelo actual Governo. Só o facto de o Governo continuar amarrado à política de direita pode explicar a ausência de medidas mínimas como a contratação dos trabalhadores em falta nos sectores operacionais ou o adiamento de investimentos essenciais e inevitáveis, como é o caso da modernização da Linha de Cascais ou o alargamento da Estação de Arroios. Só a luta, dos utentes e dos trabalhadores, a par da persistente acção e reforço do PCP, poderá conquistar uma política patriótica e de esquerda para os transportes.

2. **Exigir a reposição da legalidade**, com a anulação do aumento de preço praticado ilegalmente. Qualquer outra medida será um mero paliativo e beneficiará os infratores.
3. Lançar uma nova fase da sua campanha «**Pelo Alargamento do Passe Social Intermodal a toda a Área Metropolitana de Lisboa, todos os operadores e carreiras**», peça central de uma política de transportes públicos pensada para servir os utentes e a economia nacional, e independente dos interesses dos grupos monopolistas que têm feito fortuna à custa dos utentes e do erário público.

Lisboa,

19/Janeiro/2017